



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO

EDITAL

JOÃO PEDRO VELHINHO MENDES, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO, faz saber que em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Redondo, realizada no dia 18 de fevereiro de 2026, aprovou por unanimidade e em minuta, Moção: Urgente reforço dos recursos humanos na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Cartório Notarial de Redondo (Proposto pela CDU), que de seguida se transcreve. -----

ENQUADRAMENTO

Considerando que:

- O direito dos cidadãos ao acesso a serviços públicos de proximidade é um pilar fundamental da coesão territorial e social, sendo o Estado o garante da equidade no acesso a direitos básicos;
- A Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial, bem como o Cartório Notarial de Redondo, atravessam uma situação de rutura, contando atualmente com apenas uma funcionária para assegurar a totalidade dos serviços, o que é humanamente impossível e tecnicamente insuficiente;
- Esta carência extrema coloca o concelho perante o risco iminente de encerramento de mais uma valência essencial. A perda de um serviço de registos e notariado não é apenas um problema administrativo: é um passo grave no processo de desertificação institucional do concelho, empurrando a população para deslocações penosas e custos acrescidos;
- As atuais condições de trabalho são inaceitáveis e inseguras. É inadmissível manter um serviço público aberto em que uma única profissional é sujeita a uma sobrecarga física e psicológica incomportável, sem qualquer retaguarda logística ou de segurança;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO

- O desinvestimento nos serviços públicos no concelho atingiu níveis críticos. Se, com o anterior Governo, a falta de pessoal já era crónica, com o atual Governo o problema agravou-se severamente. Assiste-se a um abandono do interior, em que os direitos das populações são sacrificados em nome de uma suposta eficiência que apenas gera exclusão;
- Os eleitos locais têm um papel reivindicativo indispensável e inalienável. Seria uma grave omissão de responsabilidade que os órgãos autárquicos assistissem passivamente ao esvaziamento de competências e serviços no concelho de Redondo. O silêncio perante esta situação seria conivência com o empobrecimento do nosso território.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Assim, a Assembleia Municipal de Redondo, reunida na sua sessão de **18 de fevereiro de 2026**, sob proposta dos eleitos da CDU, delibera:

- Manifestar o seu mais veemente protesto contra a degradação dos serviços de Registo e Notariado no concelho e expressar total solidariedade com a funcionária que, em condições de isolamento e sobrecarga, tenta assegurar o serviço;
- Exigir do Governo, e em particular do Ministério da Justiça, o reforço imediato e urgente de recursos humanos na Conservatória e no Cartório Notarial de Redondo. Não servem “cuidados paliativos” nem soluções precárias: exige-se a dotação efetiva do quadro de pessoal;
- Reafirmar o papel da Assembleia Municipal como voz ativa do povo de Redondo, recusando aceitar o encerramento de serviços públicos como inevitabilidade;
- Recomendar à Câmara Municipal de Redondo que se associe formalmente a esta moção, deliberando no mesmo sentido e encetando diligências diretas junto da tutela, assumindo uma postura firme e exigente na defesa dos interesses do concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO DESTINATÁRIOS

Mais delibera que, após aprovação, esta moção seja enviada para:

- Primeiro-Ministro;
- Ministra da Justiça;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central);
- CCDR-Alentejo.

Redondo, dezanove de fevereiro de 2026

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

João Pedro Velhinho Mendes